

CTCONF

Câmara Técnica de
Normas Contábeis e de
Demonstrativos Fiscais da Federação

PAUTA DA 24ª REUNIÃO

Brasília
OUTUBRO 2017





MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

**Câmara Técnica de Normas Contábeis e de
Demonstrativos Fiscais da Federação (CTCONF)**

PAUTA DA 24ª REUNIÃO

OUTUBRO/2017

Brasília – ESAF, 23, 24 e 25/10/2017

MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA

Henrique de Campos Meirelles

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Eduardo Refinetti Guardia

SECRETÁRIA DO TESOURO NACIONAL

Ana Paula Vitali Janes Vescovi

SUBSECRETÁRIA DE CONTABILIDADE PÚBLICA

Gildenora Batista Dantas Milhomem

COORDENADOR-GERAL DE NORMAS DE CONTABILIDADE APLICADAS À FEDERAÇÃO

Leonardo Silveira do Nascimento

COORDENADOR DE SUPORTE ÀS NORMAS DE CONTABILIDADE APLICADAS À FEDERAÇÃO

Bruno Ramos Mangualde

Fone: (61) 3412-3804

Correio Eletrônico: cconf.df.stn@tesouro.gov.br

Página Eletrônica: www.tesouro.fazenda.gov.br

www.siconfi.tesouro.gov.br

Pauta CTCONF

Local: Auditório ESAF

Data: Segunda-Feira (23/10/2017)

Item 1 – Abertura e Informes

23/10/2017 – Segunda-Feira – Horário: 9h às 11h

Deliberação

Discussão

Informação

- Abertura;
- Questionário Harmonização Manual de Demonstrativos Fiscais x Tribunais de Contas;
- Publicação MDF 8ª edição;
- Republicação MCASP 7ª edição (correção de erros);
- Acordo de Cooperação Técnica com Tribunal de Contas do Espírito Santo;
- Acordo de Cooperação Técnica com o IRB e com a ATRICON;
- Nova Portaria SICONFI para 2018;
- Demais assuntos.

Item 2 – Portaria e Regimento Interno da CTCONF

23/10/2017 – Segunda-Feira – Horário: 11h às 12h

Deliberação

Discussão

Informação

Objetivos

Contextualização

Tendo em vista a interação cada vez mais frequente entre os assuntos contábeis e de gestão fiscal, fez-se necessário unificar as duas temáticas em apenas um fórum de discussão que garanta a devida participação das entidades representativas de estados e municípios. Além disso, foram agregadas as temáticas de requisitos mínimos de sistemas contábeis (que era objeto do antigo GTSIS) e de custos e informações gerenciais. Será apresentada a nova versão da Portaria que dispõe sobre as atribuições, a composição, a coordenação e o funcionamento e que revoga as Portarias STN nº 510 e 511, de 28 de agosto de 2014 (GTCON e GTREL).

Ação esperada dos membros

- Conhecimento do texto da nova Portaria que regulamenta a CTCONF;
- Leitura prévia e apontamentos acerca do Regimento Interno;
- Discussão, deliberação e aprovação do regimento interno.

Aspectos Específicos de Discussão

Deliberação e aprovação do regimento interno.

Item 3 – Interpretação contábil e fiscal da nota da RFB PIS/PASEP

23/10/2017 – Segunda-Feira – Horário: 14h às 14h30

Deliberação

Discussão

Informação

Objetivos

Apresentar posicionamento da Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRFB/MF sobre questionamentos dos entes acerca da base de cálculo do PIS/PASEP.

Contextualização

Durante os trabalhos do GTREL, nas discussões referentes ao cômputo ou não dos valores pagos ao PIS/Pasep no cálculo do limite das despesas com pessoal para fins de controle estabelecido na Lei Complementar nº 101/2000 - LRF, foram levantados diversos questionamentos dos representantes dos entes da Federação sobre a correta identificação da base de cálculo dessa contribuição. Com base nesses questionamentos, foi encaminhada a SRFB a Nota Técnica nº 12/2014/CCONF/STN/MF-DF, de 22 de dezembro de 2014, solicitando posicionamento sobre a composição da base de cálculo dessa contribuição.

Ação esperada dos membros

Ter ciência dos aspectos fiscais do posicionamento da Solução de Consulta nº 278/2017 – SRFB, acerca da base de cálculo do PIS/PASEP.

Item 4 – Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços de Saúde

23/10/2017 – Segunda-Feira – Horário: 14h30 às 15h30

Deliberação

Discussão

Informação

Objetivos

Reformular o Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços de Saúde, de acordo com o modelo alinhado com a câmara Técnica do SIOPS.

Contextualização

Em 2015 foi apresentada proposta para o novo Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços de Saúde que integra o Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO. No entanto, esse novo modelo ainda não foi incorporado ao Manual de Demonstrativos Fiscais.

Ação esperada dos membros

Analisar o material disponibilizado e apresentar sugestões para aprimoramento do Demonstrativo.

Aspectos Específicos de Discussão

- Forma de apresentação das despesas com ASPS;
- Dedução das inscrições em restos pagar sem disponibilidade de caixa do cômputo do limite;
- Forma de apresentação do controle de restos a pagar;
- Utilização de fontes de recursos no SIOPS

Item 5 – Informações Complementares e Ementário da Natureza de Receita

23/10/2017 – Segunda-Feira – Horário: 15h30 às 17h

Deliberação

Discussão

Informação

Objetivos

Apresentar as informações complementares da Matriz de Saldos Contábeis - MSC e avaliar as alterações necessárias para que a MSC contemple as informações necessárias a todos os usuários.

Contextualização

A MSC é uma estrutura padronizada apta a representar informações detalhadas extraídas diretamente da contabilidade do Ente, evitando possíveis falhas no processo de preenchimento, com o objetivo de gerar relatórios contábeis e demonstrativos fiscais exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Essa estrutura reúne uma relação de contas contábeis e de informações complementares, produzida a partir do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP Estendido, semelhante a um balancete de verificação.

Ação esperada dos membros

Analisar o material disponibilizado e apresentar sugestões para aprimoramentos MSC.

Aspectos Específicos de Discussão

- Apresentação das tabelas de Informações Complementares necessárias para a MSC em 2018, tais como: Poder ou Órgão, Fonte de Recursos, Ementário da Natureza de Receita e da Natureza de Despesa.
- Estratégia para o Ementário da Natureza de Receita em 2019.
- Discussão sobre as informações complementares que serão utilizadas em 2019, responsáveis por informações específicas para as áreas da Saúde e da Educação.

Local: Auditório ESAF

Data: Terça-Feira (24/10/2017)

Item 6 – Despesas de pessoal

24/10/2017 – Terça-Feira – Horário: 9h às 11h

Deliberação

Discussão

Informação

Objetivos

Avaliar as regras dispostas no Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF para a elaboração do Demonstrativo da Despesa com Pessoal, exigido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, e identificar as contas que devem ser utilizadas para elaboração do demonstrativo por meio da Matriz de Saldos contábeis - MSC.

Contextualização

Observa-se que em diversas unidades da federação, as regras estabelecidas pelos tribunais de contas para a apuração da despesa total com pessoal visando à verificação do cumprimento dos limites estabelecidos na LRF divergem das regras estabelecidas no MDF. Com a possibilidade de elaboração do demonstrativo por meio da Matriz de Saldos Contábeis – MSC, a despesa total com pessoal calculada com base nas regras dispostas no MDF poderá ser obtida via Siconfi, e, em razão disso, é necessário que essas regras estejam bem claras no MDF. Esse tema fez parte na reunião realizada em maio, em que foram apresentadas as regras relacionadas ao cômputo da despesa com inativos e ao impacto das despesas relacionadas ao RPPS na apuração da despesa total com pessoal.

Ação esperada dos membros

Analisar o material disponibilizado e apresentar sugestões para aprimoramentos das orientações dispostas no MDF.

Aspectos Específicos de Discussão

Regras dispostas no MDF referentes à apuração da despesa total com pessoal, entre elas as referentes ao impacto das retenções referentes ao IRRF, ao cômputo das despesas com agentes comunitários de saúde, agentes de combate a endemias e com o programa de saúde da família e ao cômputo das contratações de forma indireta.

Item 7 – Contabilização dos RPPS e impactos fiscais

24/10/2017 – Terça-Feira – Horário: 11h às 12h

Deliberação

Discussão

Informação

Objetivos

Apresentar as regras atuais disponíveis referentes ao Regime Próprio de Previdência dos Servidores (RPPS), dando início ao projeto de revisão da sua forma de contabilização e análise dos aspectos fiscais.

Contextualização

Frente às recentes discussões acerca da reforma previdenciária, bem como à recente adoção do PCASP para contabilização dos regimes próprios de previdência dos servidores e a convergência aos padrões contábeis internacionais, faz-se oportuna uma revisão dos aspectos contábeis e fiscais do RPPS.

Ação esperada dos membros

Apresentar pontos-chave para análise, contribuindo com o tema em questão.

Aspectos Específicos de Discussão

- Apresentação do projeto;
- Contextualização: proposição do modelo de contabilização, convergência da IPSAS 39 em Norma Brasileira de Contabilidade; discussão sobre as premissas dos cálculos atuariais e impactos fiscais.

Item 8 – Processo de Convergência e Plano de Trabalho do Conselho Federal de Contabilidade – Release 3

24/10/2017 – Terça-Feira – Horário: 14h às 16h

Deliberação

Discussão

Informação

Objetivos

Apresentar as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC TSP) em discussão pelo Grupo Assessor do Conselho Federal de Contabilidade.

Contextualização

O Grupo Assessor das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, já com a nova composição dada pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) no ano de 2015 possui uma agenda ativa voltada às ações para a convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) às *International Public Sector Accounting Standards* (IPSAS). Nesse sentido, esta reunião discutirá as NBC TSP disponibilizadas para consulta pública com o intuito de fomentar a discussão em torno dos temas apresentados e os impactos para implementação nos entes da Federação, tais como: Apresentação das Demonstrações Contábeis, Apresentação das informações orçamentárias, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Encargos de Empréstimos e Benefícios a Empregados.

Ação esperada dos membros

Avaliar a evolução e discutir os aspectos específicos de cada norma, além de opinar acerca da evolução do processo de convergência à luz do Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais.

Aspectos Específicos de Discussão

Release 3

- NBC TSP 11 – Apresentação das Demonstrações Contábeis;
- NBC TSP 12 – Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- NBC TSP 13 – Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis;
- NBC TSP 14 – Encargos de Empréstimos;
- NBC TSP 15 – Benefícios a Empregados.

Item 9 – Subgrupo PCASP

24/10/2017 – Terça-Feira – Horário: 16h às 17h

Deliberação

Discussão

Informação

Objetivos

Apresentar a evolução dos trabalhos do subgrupo, que apresentará uma proposta de adequação do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP.

Contextualização

O objetivo da formação de um subgrupo é estabelecer uma análise da adequação de certos grupos de contas do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, incluindo o Anexo III da Instrução de Procedimentos Contábeis – IPC 00 – Plano de Transição para Implantação da Nova Contabilidade, conhecido como PCASP Estendido. Será apresentado na reunião da CTCONF a evolução dos trabalhos do subgrupo. Ao final dos trabalhos, será entregue um relatório apontando os principais achados e as recomendações para alteração do PCASP. Espera-se que as alterações sejam incorporadas à versão do PCASP 2019 (publicação em 2018 para execução em 2019).

Ação esperada dos membros

Analisar o material disponibilizado e apresentar sugestões para aprimoramentos para os trabalhos do subgrupo.

Aspectos Específicos de Discussão

- Escopo do trabalho;
- Elaboração da proposta inicial de alterações;
- Resumo das principais discussões entre os participantes do subgrupo.

Local: Auditório ESAF

Data: Quarta-Feira (25/10/2017)

Item 10 – Portaria de Requisitos Mínimos

25/10/2017 – Quarta-Feira – Horário: 9h às 10h

Deliberação

Discussão

Informação

Objetivos

Discutir a legislação atual e propor aprimoramentos relativos aos requisitos mínimos para os sistemas integrados de administração financeira e controle (SIAFICs) à luz das recentes mudanças na LRF e da implantação do Siconfi.

Contextualização

Tendo em vista a publicação da Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016, que estabeleceu algumas novas regras sobre os sistemas contábeis, bem como relativas ao envio de informações para os órgãos federais (em especial, o órgão central de contabilidade da União), é necessário revisar e rediscutir o conteúdo da legislação que versa sobre os requisitos mínimos para os sistemas integrados de administração financeira e controle, de forma a atender ao padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União.

Ação esperada dos membros

Conhecimento e proposições para o aprimoramento da legislação referente aos requisitos mínimos (Decreto nº 7.185/2010 e Portaria MF nº 548/2010). Propor desenho institucional com vistas a verificar e fiscalizar os requisitos definidos pela legislação.

Aspectos Específicos de Discussão

Nova proposta de Portaria que estabelece regras para os sistemas de modo que atenda ao padrão mínimo de qualidade dos Sistemas Integrado de Administração Financeira e Controle – SIAFICs definido pelo poder executivo da União (conforme incisos II e III do § 1º, e dos §§ 2º, 5º e 6º do art. 48 da LRF).

Papel das diversas entidades dos entes da Federação na verificação desses requisitos

Item 11 – Custos e Informações Gerenciais no setor público

25/10/2017 – Quarta-Feira – Horário: 10h às 11h

Deliberação

Discussão

Informação

Objetivos

Disseminar boas práticas de gestão de custos no setor público dos entes da Federação, discutir e propor ações para estimular a efetiva aplicação do § 3º do art. 50 da LRF.

Contextualização

Em um contexto de crise econômica, a discussão acerca da melhor gestão dos recursos públicos ganha ainda mais importância, e a temática de custos e informações gerenciais contribuem para o aprimoramento do serviço público prestado aos cidadãos em termos de eficiência, eficácia e economicidade. É necessário discutir o aprimoramento das informações geradas pelos sistemas de custos e os respectivos benefícios advindos de um melhor acompanhamento da qualidade do gasto público.

Ação esperada dos membros

Tomar conhecimento de aspectos específicos relacionados a temática de custos no setor público brasileiro, bem como das melhores práticas dos entes da Federação acerca desse tema.

Propor linhas de atuação dos entes da Federação no sentido da efetiva aplicação do § 3º do art. 50 da LRF.

Item 12 – Experiências Locais

25/10/2017 – Quarta-Feira – Horário: 11h às 12h

Deliberação

Discussão

Informação

Objetivos

Apresentar experiências práticas na aplicação das normas e procedimentos contábeis, de gestão fiscal e de disponibilização de informações para fins de transparência e controle social no âmbito da Federação Brasileira.

Contextualização

Apresentação de experiências locais (a definir).

Ação esperada dos membros

Analisar o caso prático e participar das discussões sobre o tema.

Item 13 – Novas Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC)

25/10/2017 – Quarta-Feira – Horário: 14h às 16h30

Deliberação

Discussão

Informação

Objetivos

Apresentar as minutas das novas IPC.

Contextualização

As novas IPC são as seguintes:

- **Cessão de Direitos Creditórios:** o assunto já foi objeto de duas reuniões de grupos técnicos anteriores. As principais decisões e o arcabouço normativo relacionado ao tema: medida cautelar TCU nº 48/2014, parecer PGFN/CAF nº 2035/14, NT COMPEM/SURIN/STN/MF-DF nº 261/2014, resolução SF nº 17/2015, e projetos em tramitação no Legislativo. Cita-se ainda o acórdão TCU nº 772/2016, NT CCONF/SUCON/STN/MF-DF nº 25/2016, o parecer PGFN/CAF nº 1.894/16 e a NT CCONF/SUCON/STN/MF-DF nº 8/2017. Na próxima reunião, será apresentada uma minuta de IPC para orientar a contabilização nos casos de cessão definitiva e não definitiva.
- **Depósitos Judiciais:** o assunto já foi objeto de reuniões de grupos técnicos anteriores. Houve discussão dos principais conceitos e a legislação de referência, com ênfase nas inovações trazidas pela Lei Complementar nº 151/2015 e pela Emenda Constitucional nº 94/2016. Na próxima reunião será apresentada uma minuta de IPC, contendo os principais conceitos e procedimentos relacionados à utilização de depósitos judiciais e extrajudiciais, a fim de orientar a contabilização.
- **Cessão de Bens:** a necessidade de harmonizar a contabilização de cessão de bens móveis e imóveis entre os entes da Federação, considerando a essência sobre a forma e o impacto no reconhecimento dos ativos. As principais referências utilizadas foram os seguintes normativos contábeis: NBC TSP Estrutura

Conceitual, NBC TSP 01 e IPSAS 17, a ser convergida pela NBC TSP 07. Na próxima reunião, será uma proposta na forma de minuta de IPC.

- **Retenções:** os modelos de contabilização já foram apresentados e discutidos em reuniões de grupos técnicos anteriores. Na última reunião, foram debatidos os pontos críticos do modelo proposto pela STN: impacto no registro de restos a pagar; impacto no registro das Disponibilidades de Recursos-DDR; impacto para as Demonstrações Contábeis, em particular, no Balanço Orçamentário, na Demonstração dos Fluxos de Caixa-DFC e no Balanço Financeiro; aspectos fiscais relacionados. Na próxima reunião, serão apresentados os resultados da consulta pública da minuta de IPC.

Ação esperada dos membros

Analisar o material disponibilizado e apresentar sugestões para aprimoramentos das IPCs.

Aspectos Específicos de Discussão

- Modelo proposto para contabilização.
- Critérios para reconhecimento, mensuração e evidenciação.
- Impactos orçamentários, fiscais e outros.

Item 14 – Encaminhamentos finais / Encerramento

25/10/2017 – Quarta-Feira – Horário: 16h30 às 17h

Deliberação

Discussão

Informação

- Apresentação e resumo dos principais encaminhamentos da reunião à luz das discussões e apontamentos, bem como a definição de prazos e responsáveis;
- Apresentação da pré-pauta para a próxima reunião;
- Apresentação dos status dos projetos em andamento;
- Devolutiva dos membros e convidados com vistas ao aprimoramento dos trabalhos da CTCONF (dinâmica das reuniões, pauta, materiais, instalações etc);
- Considerações finais;
- Encerramento da reunião.